
(DES)COLONIZAÇÃO LINGÜÍSTICA NO BRASIL EM FRAGMENTOS DA ATUALIDADE

LINGUISTIC (DE)COLONIZATION IN BRAZIL IN CURRENT FRAGMENTS

(DES)COLONIZACIÓN LINGÜÍSTICA EN BRASIL EN FRAGMENTOS ACTUALES

Rosália Aparecida da Silva¹

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo (re)pensar a língua enquanto acontecimento social e movimento contínuo de disputa por poder político-econômico, além de dialogar sobre a produção de conhecimento da “língua brasileira” em face dos instrumentos linguísticos e de uma “gramatização” enquanto fontes de poder, com atuação em (dis)curso da atualidade e da memória, na perspectiva construção de uma identidade nacional. A análise está pautada em discussões teóricas da Análise de Discurso (AD) e nas reflexões da História das Ideias Linguísticas (HIL), bem como a partir do diálogo teórico com os autores Orlandi (1990, 2007, 2009, 2013), Auroux (2009), Pêcheux (2015) e Quijano (2005, 2007). O material empírico que utilizamos neste artigo é uma amostra retirada de um artigo de opinião, publicado em jornal de circulação nacional, em que a palavra “genocida” aparece seguida de uma lista de sinônimos. Como resultado do estudo de fragmento da atualidade, neste artigo, verifica-se uma língua viva, opaca e em movimento, em que a formação colonial brasileira se faz presente.

PALAVRAS-CHAVE: Língua Brasileira. História das Ideias Linguísticas. Análise de Discurso. Gramatização.

ABSTRACT

This work aims to (re)think language as a social event and continuous movement of dispute for political-economic power. It also intends to dialogue about the production of knowledge of the “Brazilian language” in face of linguistics instruments and a “grammatization” as sources of power. These act in the (dis)course of current affairs and memory, from the perspective of building a national identity. The analysis is based on theoretical discussions of Discourse Analysis (DA) and reflections on the History of Linguistic Ideas, as well as from the theoretical dialogue with the authors Orlandi (1990, 2007, 2009, 2013), Auroux (2009), Pêcheux (2015) and Quijano (2005, 2007). The empirical material used in this article is a sample taken from an opinion article, published in a national newspaper, in which the word “genocida” (genocidal) appears followed by a list of synonyms. As a result of the study of today's fragment, in this article, there is a living, opaque and moving language, in which the Brazilian colonial formation is present.

KEYWORDS: Brazilian Language. History of Linguistic Ideas. Discourse Analysis. Grammatization.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo (re)pensar el lenguaje como evento social y movimiento continuo de disputa por el poder político-económico. También analiza la producción de conocimiento de la “lengua brasileña” frente

Submetido em: 13/09/2022 – Aceito em: 20/04/2023 – Publicado em: 05/07/2023

¹ Jornalista no IFRO, em Porto Velho (RO). Mestra em Letras/UNIR. Integrante do Grupo de Pesquisa GET/IFRO.

a los instrumentos lingüísticos y una “gramatización” como fuentes de poder. Estos actúan en el (dis)curso de la actualidad y la memoria, desde la perspectiva de la construcción de una identidad nacional. El análisis se basa en discusiones teóricas de Análisis del Discurso (AD) y reflexiones sobre la Historia de las Ideas Lingüísticas, así como del diálogo teórico con los autores Orlandi (1990, 2007, 2009, 2013), Auroux (2009), Pêcheux (2015) y Quijano (2005, 2007). El material empírico utilizado en este artículo es una muestra extraída de un artículo de opinión, publicado en un diario de circulación nacional, en el que aparece la palabra “genocida” seguida de una lista de sinónimos. Como resultado del estudio del fragmento de hoy, en este artículo, hay un lenguaje vivo, opaco y conmovedor, en el que está presente la formación colonial brasileña.

PALABRAS CLAVE: Lengua Brasileña. Historia de las Ideas Lingüísticas. Análisis del Discurso. Gramatización.

INTRODUÇÃO

O (des)conhecer permeia a nossa vida. Talvez, isso tenha me levado a cursar a disciplina de *História das Ideias Lingüísticas* (HIL), em 2021, na Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), com a Profa. Dra. Eni Orlandi. Atuando em uma instituição de ensino pública, com lotação em área de comunicação e divulgação, tenho uma curiosidade diante da língua, sua organização na história e o poder que se traduz nela. Na verdade, esse tema é de interesse a todos nós, brasileiros, que somos frutos de uma colonização europeia sobre um território que antes era ocupado por diversos povos e com suas próprias organizações sociais.

Este texto possui como referência principal a leitura feita com base nos três capítulos finais de Orlandi (2009) em que a autora reflete sobre a produção de conhecimento da língua e aponta especialmente para uma “língua brasileira”, complementada por leituras de Orlandi (1990, 2007, 2013), e do texto de Auroux (2009) sobre a importância dos instrumentos lingüísticos denominados de gramatização para uma forma de revolução/transformação social, com aporte em outras leituras complementares, que incluem a área teórica decolonial. O objetivo é o de pensar a língua enquanto acontecimento, dentro de um movimento contínuo de disputa por poder político-econômico. Retomando Pêcheux (2015), sabe-se que um discurso é entendido como estrutura e acontecimento ao mesmo tempo, tendo o acontecimento a descrição de ser “ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” (PÊCHEUX, 2015, p. 16). Dito de outra forma, há nos fatos novos uma opacidade, por estar havendo a retomada de vários pontos discursivos, que são os já-ditos e/ou silenciados, pois, sob essa perspectiva, a memória não deixa de agir sobre a língua.

Na seção de análise, após o aporte teórico reunido, será observada uma forma de organização da língua, em lista de sinônimos, partindo de um jogo de correlações de poder (de uma língua viva e enquanto acontecimento discursivo). Em realce, o que justifica essa abordagem aqui proposta é a reflexão de que a língua é social e em construção junto aos falantes (nativos ou não) e está em constante relação com seu entorno histórico-social, colocando em funcionamento múltiplas significações, conflitos e poder político-econômico:

Tomando a perspectiva discursiva, podemos iniciar esta reflexão afirmando que a língua não é una, a língua não é uma, as línguas mudam, as línguas entram em contato, desaparecem, se criam novas, estão sempre em movimento. Mas as línguas não são objetos estéreos. São fato social, histórico, são praticadas, funcionam em condições determinadas, têm materialidade, fazem história. As práticas simbólicas, que são as línguas, funcionam pelo político. Relações de poder regem seu funcionamento e é impossível pensá-las fora destas condições que, para resumir, eu chamaria de político-históricas. Em diferentes momentos da história as relações de poder se organizam e declinam de modo diferente suas relações com a língua e entre as línguas, nas e entre as diferentes sociedades. (ORLANDI, 2009, p. 171)

E é nesse percurso de análise que o presente trabalho foi realizado. Sem perder de vista, muito do que diz Orlandi (2009) a respeito do que ficou registrado enquanto ‘documentos’ produzidos pelos viajantes (portugueses, espanhóis, franceses, holandeses, ingleses etc. a respeito de terras e povos que atualmente formam o Brasil), que são antes de tudo discursos (sobre os indígenas, os negros, as especiarias, o ouro, a Amazônia, o Nordeste e o litoral, toda a terra/mata e sua gente). Sob esse olhar, percebemos que os ‘viajantes’ representavam e traduziam o que vislumbravam por meio de conhecimento (escrito) que não é neutro e que (des)autorizava o que se podia pensar a respeito desses povos/terras. Uma vez que essa narrativa escrita, produzida pelos viajantes são tomadas analiticamente enquanto discursos que estão, assim, produzindo sentido, direcionando formação de identidade/conhecimento sobre as novas localidades, confrontando possibilidade e apagando o que um dia poderia ter sido (ou o fomos); organiza-se o olhar para esta complexidade que engloba a língua cotidiana e toda historicidade que nela está carregada.

Voltando à formação nacional, se verá como estavam as condições de produção da época em que se consolida a língua nacional brasileira. Fato observável a partir da decisão de separação dos estados Portugal-Brasil.

Formação de uma língua nacional/brasileira

“Com a Independência, em 1822, o Estado brasileiro se estabelece e a questão da língua se evidencia” (ORLANDI, 2007, p. 55). É nesse processo que os gramáticos irão atuar na constituição do saber em torno de uma língua nacional. E mais que isso, dirá a autora, vai se constituindo um sujeito nacional, um conhecimento sobre sua língua, relacionando as dimensões política e simbólica. Enquanto eles vão produzindo conhecimento (que é uma forma de discurso) e compoendo sentido estruturado para a língua falada não mais em solo português, mas num outro continente e na disputa com outras línguas, eles próprios (gramáticos brasileiros) participam da produção de sentidos enquanto sujeitos no (dis)curso histórico. Portanto, perceber a (re)constituição do conhecimento sobre a língua nos mais de 500 anos de história de consolidação do que passa a ser o Brasil é também observar e perceber a própria história e a formação da identidade nacional.

A ideia de descolonização linguística defendida por Orlandi (2009) vem de projetos² que a autora lidera, na intersecção do projeto *História das Ideias Linguísticas*, teorias da Análise do Discurso e de estudos sobre o que ficou registrado do discurso produzido sobre a língua do período do Brasil Colônia até a atualidade. Ela define o processo de descolonização linguística como sendo:

[...] esse imaginário no qual se dá também um acontecimento linguístico³ desta vez sustentado no fato de que a língua faz sentido em relação a sujeitos não mais submetidos a um poder que se impõe uma língua sobre sujeitos de uma outra sociedade, de um outro Estado, de uma outra Nação. (ORLANDI, 2009, p. 172)

A partir do século XIX, essa transição para uma língua portuguesa nacional (colonizada-descolonizada) está se processando por meio de instrumentos linguísticos próprios (escritas de gramáticas, dicionários e outros), realizados por autores brasileiros. Nesse mesmo período, teve início o fortalecimento das primeiras faculdades brasileiras, assim como a própria imprensa começa a se consolidar e adquirir condições gráficas para tal empreitada (relembrando que antes, no Brasil Colônia, Portugal proibia a impressão gráfica em solo brasileiro). Foi nesse momento, que o país estava construindo, portanto, sua ‘própria’ reflexão sobre a língua aqui falada. Orlandi (2009) observa que esse fenômeno de tomada identitária da língua nacional pode ser classificado como constituição da ‘língua brasileira’.

Importa notar a distinção que a pesquisadora faz ao classificar de diferentes modos a língua oficializada pelo Estado e a que é viva e adotada pelas pessoas nos mais diferentes modos, contextos e usos. Ou a ‘língua imaginária’ (representada por haver uma busca por unidade e portadora de soberania frente a outros povos), que pode ser dita como língua oficial, padrão, normatizada. Diferente da ‘língua fluida’, que segue livre de boca em boca, comunidades e regiões, e assim difícil de ser limitada. É assim que Orlandi (2009, p. 18) diz sobre esta última, que possui um ‘des-limite’. Possuidora de margens que a tentam limitar, mas seguindo seu curso, fluindo e fazendo novos caminhos quando for necessário.

Conforme a definição de Orlandi (2013, p. 13), a língua imaginária é um “sistema fechado, normas, artefato do linguista (mas também dos missionários e outros assemelhados)”, enquanto a língua fluida funciona “sem regras que a aprisionem, língua no acontecimento do significar na relação de homens com homens, sujeitos e sujeitos”. Em outra passagem, a autora enfatiza que a “língua imaginária é a que os analistas fixam com suas sistematizações e

² Entre eles estão “História das ideias linguísticas no Brasil” /Acordo Capes/Cofecub e “Discurso, Significação, Brasilidade” /IEL/Unicamp (ORLANDI, 2013).

³ Como as referências utilizadas foram de obras publicadas antes da vigência oficial no Brasil do Novo Acordo Ortográfico (Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa), o artigo registrará a escrita da época, com trema na palavra linguística. Aproveita-se para ressaltar mais uma vez esse poder de definição do Estado por sobre a língua ao realizar o referido Acordo, e a posição adotada em manter-se interligado a Portugal.

a língua fluida é a que não se deixa imobilizar nas redes de sistemas e fórmulas” (ORLANDI, 2013, p. 22). Assim, uma está sob controle, com os ‘letrados’, que dizem a dominar e discutem entre si, mais o poder governamental, o que pode ou não ser aceito, diferente da outra, que é a língua no cotidiano das pessoas, com infinitas possibilidades e aberta a (re)descobertas.

Iniciando um percurso que diferencia a relação língua-sociedade europeia da língua-formação linguística e social das colônias, Orlandi (2009) estuda o acontecimento linguístico relacionado à colonização do Brasil por Portugal, em que há um percurso histórico-social diverso, pois o colonizador chega às ‘novas’ terras com poder de nomear ‘oficialmente’ as coisas encontradas (as nomeia, mas em muitas das vezes as ‘daqui’ não são como as de ‘lá’). Nessa imposição de uma língua ‘oficial’ (nacional), que vai substituir possibilidades de adoção maior de línguas indígenas/africanas (e mesmo substituir a Língua Geral, que foi por um tempo muito utilizada em várias regiões do território, empregada como uma língua de contato entre diferentes sujeitos), traços da brasilidade irão aflorar, trazendo uma separação do Português de Portugal (mesmo com alguma defesa de sua superioridade e de ser um Português sem máculas) para o Português do Brasil. Nessa via de interlocução, Orlandi (2009) a denomina ‘língua brasileira’, pois verifica o quanto se realizou de ‘descolonização linguística’, notadamente a partir da segunda metade do século XIX, quando se consolidou uma identidade nacional (relacionada à ‘independência’ de várias áreas, além da linguística, como social, cultural, literária e econômica).

Por outro lado, quando se fala em descolonização, há que se considerar um contraponto pertinente ao ponto defendido pela autora supracitada. Porque para os debates realizados no âmbito do Coletivo Modernidade/Colonialidade, residiria aí uma contradição. Para essa vertente teórica, a criação de uma ‘língua brasileira’ poderia significar ainda parte do projeto colonial. O questionamento vem da instauração de ‘uma’ identidade linguística nacional, o que acabaria por homogeneizar e, em certa medida, invisibilizar as diversas línguas (indígenas e africanas, por exemplo) existentes no território brasileiro. O destaque desta continuidade colonial subjetiva será posteriormente debatido, com o tema observado a partir de Quijano (2005, 2007).

Sobremaneira, haverá nessa ‘descolonização linguística’ a substituição da memória ‘somente’ portuguesa diante da língua, no sentido de que os que estão em solo brasileiro, vivendo e usando dessa língua, passam a ter memória ‘própria’. Em outras palavras, passam a gramatizar a língua a partir do que está sendo visto/recuperado/acessado aqui. Desse modo, é processada uma ruptura, uma vez que a língua é viva e estará em constante encontro com diferentes povos (indígenas, africanos, portugueses e demais migrantes/fronteiras), em que se criarão necessidades diferentes para dar suporte a essas relações, ultrapassando as meras variações linguísticas, pois, o desenvolvimento social e o contato e organização socioeconômica e cultural assim o ‘exigirão’. Destarte, o Brasil e os demais países colonizados por Portugal passarão, cada qual a seu modo, pela sua própria descolonização linguística.

De 1.500 até a independência (1822), a língua ‘imaginária’ esteve sob controle da coroa portuguesa (ou de outros povos que tentavam ocupar o território também produzindo

narrativas sobre o Brasil) e seus representantes, da mesma forma que faziam a defesa e expansão para controle do Brasil-Colônia. Essa representação está materializada por meio do Tupi-Jesuítico, que foi a Língua Geral utilizada para fins de comunicação/colonização. Ou por meio de outros discursos sobre o Brasil (relatos de viajantes ou estudos naturalistas, por exemplo).

Sob a conceituação de Aurox (2009, p. 65), a gramatização é “o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que hoje são os pilares do nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário”. Assim, o Tupi-Jesuítico foi uma dessas representações iniciais de organização de uma língua em que se pensava como um padrão de fala para aquele Brasil em constituição. A terra e suas riquezas eram exploradas pela Colônia, que também buscava manter o mesmo monopólio sobre a língua, subjogando as demais línguas. Como consequência, exterminando-as junto com a morte física de seus povos.

Nessas condições de produção do discurso, a Língua Geral, mesmo sendo amplamente utilizada, jamais o foi considerada oficial/nacional (ORLANDI, 2009) e, conseqüentemente, não recebeu ‘tradução’/objetivação escrita. Observa-se, nesse aspecto, que nas áreas urbanizadas, desde antes portadoras de reconhecimento como centralizadoras do poder, o Português foi mantido como parâmetro principal.

Por outro lado, um discurso de brasileiros para brasileiros será inaugurado com a escrita/estudo de gramáticas próprias. “Os brasileiros institucionalizam, assim, esse conhecimento que permitirá que eles digam que sabem a língua” (ORLANDI, 2009, p. 175). Acontecimento que contribuiu para legitimar o que a autora irá definir como a ‘língua brasileira’, descolonizada da unicidade de Portugal. Nesse período, o processo está ocorrendo paralelamente em outros setores da nova nação em consolidação. Individualizando-se enquanto Estado independente e criando uma identidade nacional.

Gramatização

Os brasileiros foram, portanto, codificados num primeiro momento, no discurso dos colonizadores, recebendo uma carga de discursividade que os constituiu também no mundo das ideias e das linguagens. Depois, se passou pela etapa em que os gramáticos residentes e os habitantes foram constituídos enquanto brasileiros, emergindo os ‘novos’ produtores dessa codificação linguística a partir das gramáticas e dicionários de língua nacional. Processo que culmina com a formação de uma ‘língua brasileira’, segundo Orlandi (2009, 2013). Agora, a busca é por compreender como o conhecimento em torno da história das ideias linguísticas, a partir do estudo sobre a gramatização, vem tentando desvendar os efeitos de sentido inseridos/apagados.

Afinal, a língua tem sido objetivada desde o desenvolvimento de uma língua não apenas oral/gestual, mas também escrita, registrada e formalizada. Nesta seção, seguem-se as

análises de Auroux (2009), que compreende haver algo ainda não estudado quando se trata do processo que levará, especialmente a Europa, a demandar tanto esforço e interesse em gramatizar suas línguas. Um movimento não visto com outras nações (com ênfase no período do Renascimento), quando se compara a saída para conquista de outros povos/territórios. Porém, serão fortemente vistos sobre a América, África e parte da Ásia.

Entretanto, nesse novo contexto, a formalização escrita da língua portuguesa falada no Brasil exige que se desenvolvam ‘técnicas autônomas’, que são ‘inteiramente artificiais’, diferenciando-se em muito do que até então existia na linguagem oralizada. É nesse processo histórico, visto em sua complexidade, que Auroux (2009) indica aportes necessários para pensar no poder transformador. Mais que isso, regulador/agregador/limitador de um poder (saber) tal qual foi a gramatização. Para o autor, isso ocupa um patamar de uma revolução a ser sentida tão amplamente como a *Revolução Agrária* (no período Neolítico) ou a *Revolução Industrial* (no século XIX).

Dessa maneira, o “[...] florescimento do saber linguístico tem sua fonte no fato de que a escrita, fixando a linguagem, objetiva a alteridade [...]” (AUROUX, 2009, p. 25). A partir desse contato com o outro/Outro (pessoas, textos antigos, outros idiomas/estrangeiros etc.), surge a necessidade de registro das normas e outras formas de estabilização das línguas. E, com a gramatização, se consegue, nesse processo de delimitação do que pode ou não uma língua, a tentativa de criação de um ambiente de identificação/homogeneização base para se formar uma nação (ou submeter um povo a outro).

Entre os fenômenos culturais que vão afetar profundamente esse modo de lidar com os saberes linguísticos (gramatização massiva) está a invenção da imprensa/tecnologia dos caracteres móveis. Para Auroux (2009), nessa separação do conhecimento leitura/escrita do que está se procedendo, e que vai facilitar a reprodução/cópia, há um beneficiamento da difusão cultural dominada pelos interesses dos conquistadores. Antes, aqueles que dominavam os manuscritos eram restritos, pois poucos tinham esse ‘dom’, o que será diferente com a atuação nas tipografias, um trabalho técnico distanciado do intelectual. Fatores que estão junto ao capitalismo mercantil colaborando para expansão do conhecimento gramatizado/detentor de verdades/saber. O que vai servir de superioridade sobre os outros povos em colonização. Mas que isso, vai representar uma concentração do saber sobre o outro, subjugado e aniquilado em sua dita inferioridade/animalização/objetificação.

Na área da linguagem, a primeira revolução vem da escrita e a segunda da gramatização. Esta última ocorrendo desde o século V em várias regiões e vernáculos europeus (um processo interno, de ‘endo-gramatização’), até sua ‘conclusão’ no século XX. Dessa transferência tecnológica e cultural (de uma para outras línguas), várias línguas foram oficializadas em diversos países (fruto de uma ‘exo-gramatização’, porque veio imposta de fora, com os povos colonizadores, não ocorrendo de forma ‘naturalizada’), tendo como consequência a criação de “uma rede homogênea de comunicação centralizada totalmente na Europa” (AUROUX, 2009, p. 35).

Mas, por que justamente na Europa se processa essa disposição tão grande em estruturar suas línguas (português, espanhol, inglês, francês etc.)? Auroux (2009, p. 50) correlaciona vários

interesses, entre eles, o da própria colonização e o de acessar a língua de administração, ou a um corpo de textos sagrados, ou a uma língua de cultura. Além de significar oportunizar relações comerciais/políticas, facilitar viagens de expedição ou de demais finalidades (militares), difusão/integração de doutrinas religiosas, até mesmo a regulação de uma língua literária e de desenvolvimento e expansão de uso dessas línguas.

Assim como informação é poder, nesse processo de gramatização das línguas ocorre uma dominação também no campo das ideias, ao ‘estudar’ as demais línguas, povos, costumes, conhecimentos e riquezas. Um acúmulo das diversas dinâmicas sociais (escrita, documentada e gramatizada), de tal forma que, nem de longe, pode ser comparada ao poder alcançado pela linguagem oral (sem desmerecer o valor desta). Há imposição de regras e protocolos, calcados na superiorização diante do ‘bom’ uso da língua, e disseminação sociocultural de adequação ao padrão imposto visando uma homogeneização dos povos submetidos a determinado poder. Nas palavras de Auroux (2009, p. 71), “[...] a gramatização modificou profundamente a ecologia da comunicação e o estado do patrimônio linguístico da humanidade”. O mundo já não era/será como o mesmo.

Desenvolvendo a intersecção com as ideias linguísticas, a Análise de Discurso (AD) trará pontos para compreensão do que ainda não estava em estudo quando se observavam os fatos históricos da língua. Até mesmo, porque para a AD, “a história está ligada a práticas, não ao tempo em si” (ORLANDI, 1990, p. 35), ou seja, a sua discursividade é o que precisa ser analisado.

Contraponto Decolonial

O presente debate se aproxima muito do decolonialismo, em que os estudos linguísticos também transitam, fazendo-se necessário colocar em tela essa outra possibilidade de estudo. No sentido de que possam ser percebidas as transformações ocorridas na disputa de poder por e sobre bases imateriais (língua e conhecimento superior/inferior). Desse modo, o termo colonialismo irá se referir ao período de dominação de um povo sobre outro, nas palavras de Quijano (2007, p. 93): “*estructura de dominación y explotación, donde el control de la autoridad política, de los recursos de producción y del trabajo de una población determinada lo detenta otra de diferente identidad, y cuyas sedes centrales están, además, en otra jurisdicción territorial*”.

De sua parte, a colonialidade ocorre de forma mais subjetiva, por meio de uma classificação racial/étnica, que estabelece parâmetros que vão atuar política, estrutural, econômica, social, geográfica e culturalmente. Ou seja, “o padrão de poder baseado na colonialidade implicava também um padrão cognitivo, uma nova perspectiva de conhecimento dentro da qual o não-europeu era o passado e desse modo inferior, sempre primitivo” (QUIJANO, 2005, p 127). E esse ‘primitivo’ (até mesmo biologicamente) necessitava avançar para chegar a ser o ‘modelo moderno’ de sociedade (europeia).

Nessa mesma via de interlocução, Gondim (1994, p. 16) apresenta um panorama de como era visto o território onde se fixou o Brasil/América Latina, mais notadamente a Amazônia, que é um dos pontos de início da formação dessa colonialidade, em que haveria uma raça biologicamente ‘superior’ com distinção sobre outra ‘inferior’, como é perceptível no excerto seguinte: “a natureza não menos fantástica era povoada por animais não menos estranhos: unicórnios passeavam por entre vegetação encantada, composta por ervas capazes de curar qualquer doença, podendo ser encontradas próximas à fonte da eterna juventude”. A visão sobre os seres humanos da região não era mais animadora. Para os colonizadores europeus os povos indígenas eram serem animalizados, não dotados de inteligência ou mesmo humanidade. “A formação de relações sociais fundadas nessa ideia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços, e redefiniu outras” (QUIJANO, 2005, p. 177). Será dessa maneira que serão formadas as novas identidades para classificação não mais somente nas Américas, como também será parâmetro para todo o restante do mundo, conforme ponto de vista eurocêntrico, o que, subjetivamente, se tornará, nas palavras de Quijano (2007, p. 127), o “mito fundacional da versão eurocêntrica da modernidade”.

Dentro desse novo padrão de poder mundial, há uma significativa expansão do sistema capitalista e colonial a partir da Europa Ocidental. Desta maneira, ao proceder a leitura a colonialidade do poder, na construção do que os europeus repassam como sendo os tempos modernos, Quijano (2005, 2017), evidencia essa superioridade do acesso ao conhecimento escrito/trabalho intelectual sobre a mão de obra técnica/braçal e a oralidade. Na perspectiva de que existem dualidades alinhadas também com as questões do fenótipo e de gênero, como se constata no trecho seguinte:

Desde la inserción de América en el capitalismo mundial moderno/colonial, las gentes se clasifican y son clasificadas según tres líneas diferentes, pero articuladas en una estructura global común por la colonialidad del poder: trabajo, género y raza. La edad no llega a ser insertada de modo equivalente en las relaciones sociales de poder, pero sí en determinados ámbitos del poder. (QUIJANO, 2007, p. 115)

Podemos acrescentar que é um distanciamento de alcance ao poder que aumenta com a criação/expansão da imprensa (criação dos tipos móveis) e desenvolvimento do capitalismo imperialista. Com isto, o europeu (ocidental) passa a ser detentor de poder, verdades e saber (superioridade), enquanto o outro (Américas, África, Oriente etc.) é subjugado (inferioridade). Compreende-se, assim, o funcionamento dessas memórias sob o postulado decolonial e o que está agindo sobre o que se tem de sociedade a partir desse legado histórico. E o quanto se busca impor uma única identidade mundial a ser alcançada como padrão, assolando as demais.

Análise e resultados

No contexto que foi apresentado nos tópicos anteriores, é notável a percepção de que as línguas estão agindo dentro do contexto histórico de cada época sob o olhar do Estado e também com a ‘liberdade’ na linguagem escolhida pelas pessoas (línguas ‘imaginária’ e ‘fluida’), de modo que, em todo o momento, novos acontecimentos são pautados em curso (distante das pré-construções?). Seguindo essa linha de raciocínio, a proposta nesta seção do trabalho é analisar uma passagem atual do cenário brasileiro, no sentido de que se possa pensar como a língua está em disputa ao mesmo tempo em que se vão constituindo efeitos de sentido. Voltando a Aurox (2009), para quem há uma forma de conhecimento envolta em todas as tecnologias que buscam cercar a língua dentro do processo de gramatização, como pode estar na atualidade essa formatação, essas tecnologias de nomear/descrever/delimitar algo?

O gesto de leitura escolhido é sobre uma publicação feita em 17/03/2021, com o título “Bolsonaro”. O texto publicado numa coluna de opinião do Jornal Folha de São Paulo⁴, é assinado por Mariliz Pereira Jorge. Em destaque, no artigo, há uma lista de possíveis nomes para substituir o termo “genocida”, em repercussão/resposta entre outras ao fato de que o ex-presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, tenha colocado em funcionamento o discurso de se ‘defender’ da alcunha e ‘proibir’ o uso do termo (interdição, supressão, direito à liberdade de expressão). O referido texto foi escrito em formato de lista de palavras/descrições breves, onde há uma classificação taxonômica de adjetivos ‘semelhantes’, de organização lexicográfica e de busca por aproximação ou contenção de ‘sentidos’. No total, são listados pela colunista cerca de 190 possíveis sinônimos.

Uma das repercussões da publicação supramencionada foi a postagem feita, na data de 17/03/21, via *Facebook*, a partir do perfil da página ‘Não Me Kahlo’⁵ (nomenclatura que, inclusive, faz em seu título uma negação à tentativa de se fazer calar algo ou alguém, e com homenagem à mexicana Frida Kahlo). Mais de mil pessoas reagiram (curtidas e outros formatos de reação) à publicação e ficaram, até o momento em que se procedeu a coleta de dados, 177 comentários e mais de 300 compartilhamentos. O texto que acompanha a publicação é “Aumente seu vocabulário! Diz aí, qual seu xingamento ao Bolsonaro preferido?”.

⁴ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/marilizpereirajorge/2021/03/bolsonaro.shtml>. Acesso em: 11 jun 2021.

⁵ Disponível em: <https://www.facebook.com/NaoKahlo/photos/a.388197031353969/1797948907045434/>. Acesso em: 11 jun. 2021.

Bolsonaro

Mariliz Pereira Jorge

RIO DE JANEIRO Ignóbil. Basculho. Baixo. Repugnante. Canalha. Deplorável. Mesquinho. Patife. Ordinário. Reles. Pulha. Sórdido. Torpe. Velhaco. Abominável. Detestável. Ralé. Biltre. Infame. Bandalho. Aberração. Calhorda. Desprezível. Pifio. Ignorante. Vil. Ribaldo. Soez. Jacodes. Cafajeste. Bronco. Inculto. Boçal. Néscio. Estúpido. Rude. Verme. Desgraçado. Maldito. Jumento. Monstruoso. Sádico. Burro. Insensível. Mentecapto. Demônio. Desalmado. Incapaz. Covarde. Crápula. Incompetente. Doentio. Sociopata. Peste. Idiota. Energúmeno. Raça. Desequilibrado. Imoral. Rato. Mandrião. Beócio. Abjeto. Descarado. Pusilânime. Enxurro. Choldra. Gentalha. Labrusco. Desrespeitoso. Cruel. Facinora. Atroz. Maligno. Cafona. Execrável. Infando. Nefando. Abominável. Inclemente. Mau. Sicário. Viperino. Tirano. Impiedoso. Desumano. Malfetor. Celerado. Estrupício. Chorume. Louco. Escroto. Lixo. Inútil. Escória. Ogro. Mitômano. Egolatra. Tosco. Verdugo. Men-

tiroso. Asno. Babaca. Déspota. Autoritário. Morte. Opressor. Tapado. Mandão. Autocrata. Desnecessário. Safardana. Prepotente. Abusivo. Injusto. Reacionário. Fascista. Cínico. Animal. Desaforado. Histrião. Groseiro. Vulgar. Malandro. Inconveniente. Sujo. Sem-vergonha. Obsceno. Brega. Charlatão. Perverso. Monstro. Ditador. Embusteiro. Horrível. Desnaturado. Carrasco. Egoicêntrico. Mariola. Salafário. Imbecil. Lunático. Bufão. Garganta. Farofeiro. Farsante. Oportunista. Indefensável. Broxável. Carneiro. Irresponsável. Excrementíssimo. Marginal. Praga. Traíçoeiro. Criminoso. Terrorista. Asqueroso. Cu de boi. Podre. Capiroto. Embuste. Lazarento. Indecoroso. Desmoralizado. Imprudente. Maléfico. Parasita. Delinquente. Seboso. Coisa-ruim. Quadrilheiro. Arrombado. Mau-caráter. Frouxo. Fracassado. Ressentido. Obtuso. Boçal. Brutamontes. Cavalgadura. Descortês. Lorpa. Pateta. Cretino. Parvo. Pacóvio. Inapto. Desqualificado. Pequi roído. Genocida.



Figura 1. Opinião: “Bolsonaro”

Fonte: Facebook da página Não Me Kahlo (17 de março de 2021).

Como se pode notar, na postagem (Figura 1), as respostas no topo apresentam um regionalismo que foi destacado na época. Pequi, por exemplo, que é um fruto típico do bioma cerrado (“Nossa... vários... mas pequi roído é campeão!”). O fruto roído (já sem caldo, carne ou polpa) ganhou destaque no rol de possíveis nomes em substituição a ‘genocida’. Havendo continuidades de proposição de novas alcunhas em substituição a genocida ainda nos próprios comentários da postagem da notícia/publicação no Facebook (“Valdemort tupiniquim, Corpo Seco, inominável”) e, ainda, em outras publicações que se seguiram (a exemplo de versões regionalizadas, como em xingamentos populares do Nordeste brasileiro). A lista foi sendo ampliada, sem poder ser alcançada pela ‘proibição’ exigida pelo gestor do país à época.

Também outras formas de lista foram divulgadas. Como outras que a antecederam, uma vez que Castro (2021), também colunista da Folha de São Paulo, já vinha organizando ‘definições para Bolsonaro’. Um dessas relações de sinônimos foi publicada em 28/01/2021, contendo 149 subjetivos e adjetivos para descrevê-lo. Para a língua que é fluida, não há margeamento que consiga pará-la quando há motivações para que continue emergindo novidades. Podendo ser futuramente ‘esquecida’, mas não de todo apagada da memória coletiva.

De forma a verificar outras variáveis para a análise desses fragmentos atuais, em observação realizada na base de dados Scielo, foram apresentados 144 resultados na busca por ‘genocídio’. Sendo que nas coleções pelos países, a palavra ‘genocídio’ esteve principalmente estudada nos países: Brasil (42), Colômbia (31), México (30), Argentina (12) e Chile (12). Destarte, quando observado ‘genocídio’ em artigos científicos, conforme os anos, aparece a

seguinte variação:

Tabela 1. Base Scielo⁶

Ano	Produções
2020	13
2019	10
2018	22
2017	6
2016	20
2015	9
2014	9
2013	10
2012	3
2011	9
2010	8
2009	7
2008	3
2007	5
2005	4

Fonte: Dados Scielo e organização da autora.

Levando em consideração os dados organizados na tabela 1, observa-se que os números variam em uma escala crescente, conforme o passar dos anos, dentro da base de pesquisa Scielo. Quiçá, haja aumento desses números de pesquisa no Brasil em que se utilize o termo genocídio, quando a busca for feita nos próximos anos, tendo em vista que se tornou ‘popular’ nas redes e mídias sociais, no ano de 2021, diante do momento de pandemia de COVID-19 (*Sars-CoV-2*) vivido e do modo de gerenciamento de crise adotado pelo governo brasileiro, desde 2020.

Interessante notar também, em destaque numa escrita acadêmica/científica, que nas escolhas de articulações morfológicas ‘x-cídio’, Dias (2019) não optou por genocídio, apesar de ter utilizados termos relativamente novos e em uso nas mídias daquele momento (feminicídio, generocídio, lesbocídio, sincericídio, politicídio, homicídio, infanticídio, suicídio). O que leva à percepção analítica de que, enquanto acontecimento, **genocídio** esteja mesmo mais em voga em período recente. Por fim, o breve arquivo levantado (artigos de opinião, pesquisa na base Scielo e leitura de estudo sobre articulações morfológicas ‘x-cídio’) demonstra uma materialidade em (dis)curso.

⁶ Disponível em:

<https://search.scielo.org/?fb=&q=genoc%C3%ADdio&lang=pt&count=15&from=16&output=site&sort=&format=summary&page=2&where=&filter%5Btype%5D%5B%5D=research-article>. Acesso em: 21 mar. 2021.

Na composição linguístico-histórica, uma língua livre, que quando se busca desafiá-la ao não uso, continua ali em ação, em disputa com o que é decretado oficialmente. Busca diálogo com as listas temáticas de vocabulário ou modos de explicação mais fáceis/descritivos/comparativos de alguma palavra/vernáculo/léxico. Lembrando os que foram antigos instrumentos pedagógicos da humanidade, conforme estudado em Auroux (2009) a partir do processo de dicionarização. Segundo o autor, nesse formato de registro/ensinamento, a serventia está em arranjar e/ou interpretar conforme procedimento ali pré-determinado (gerais, de sinônimos, antônimos, descrições, conceituações e temáticos). Se as listas estão em construção, são modos de (im)posições de sentido, ordenando e buscando a construção de novas denominações, ou tentando (des)estabilizar as já existentes, de todo modo significando-se enquanto buscam significar seu Outro. A disputa de espaço com mitos criados ocorre colocando novos fatos para história, e mesmo criando novos mitos e heróis, bem como, desmistificando-os.

E, se a língua é essa não transparência, em funcionamento (con)juntamente à ideologia que nela reside, é necessário continuar a tentar desvendá-la. Reconhecer nela fatos da atualidade e de uma memória. Como ressalta Orlandi (2009), recomenda-se continuar atento, uma vez que a língua é feita diariamente, e é fluída, sem limites (com ‘des-limite’). Pode ser um não-sentido agora e somente no futuro poderá ser analisado o todo. Disso reside que a língua é composta como (sendo ela própria) fatos que são complexos e opacos: “com sua materialidade, que nos desafia em nossa capacidade de compreensão” (ORLANDI, 2009, p. 19). E da mesma forma, quando se pensa na ‘dualidade política’ atual não está posto para sociedade, de forma clara, que há materialidades no discurso que não estão aparentes em primeiro gesto de tentativa de compreensão.

Se a língua é capaz de falhas, pensar neste agir é refletir sobre posicionamentos intelectuais, tentar encontrar onde estão suas bases (não as político-partidárias, mas aquelas ligadas a formações discursivas em funcionamento social). Para Orlandi (2009, p. 182), uma política de língua possui a seguinte representação: “são inunções morfo-materiais que determinam a constituição do sujeito e do sentido da história”. Portanto, por estar nesse constante movimento, muito fica apagado o que está em funcionamento, nas estruturas e acontecimentos que são construídas e reafirmadas, ou despistadas e caladas, a cada dia. Só que em constante construção de sentido, formando ideologicamente e oferecendo possibilidade de ser sujeito historicamente constituído.

Logicamente, não se estuda somente a subjetivação de quem escreve ou faz uma lista descritiva, está se pensando também no suporte que a divulga: na imprensa enquanto empresa que visa lucro e que possui donos/empresários em disputa de espaço social, constituída de seus trabalhadores e colaboradores, que da mesma forma possuem posicionamentos diversos, dadas as circunstâncias e momentos político-histórico-culturais. E, no caso das mídias sociais,

sob o julgo do capital internacional, vendendo ideias e opiniões em algoritmos ainda muito mal compreendidos por todos os que utilizam e navegam nas mídias sociais. Porém, lembrando o que escreveu Krenak (2020, p. 80), no caso do ex-presidente do Brasil, foi um gestor que se alinhou a uma mentalidade doente: “[...] disse outro dia que brasileiros mergulham no esgoto e não acontece nada. O que vemos neste homem é o exercício da necropolítica, uma decisão da morte”. Portanto, há que se separar sim o que se defende nas redes sociais, o joio não pode continuar se passando por trigo.

E, ampliando o questionamento para um dos formatos das tecnologias que colaboram na transmissão de formas pré-definidas (mais reforçando determinadas construções que as contradizendo), em diálogo constante de processo de mundialização, uma lista de sinônimos, uma organização de termos, pode ser essa continuidade da (des)colonização. Agindo ainda sobre o pensar essa subjetiva colonização vista em Quijano (2005, 2007), esse processo de inferiorização do que está abaixo do poder de gramatizar nos moldes eurocêntrico, há ainda esse poder da língua fluida (ORLANDI, 2013), que não se subordina ao que está prescrito/proibido, não se limita. Uma retomada constante do que seremos nessa constante troca com o outro. Uma (in)dependência de nós.

Considerações finais

A partir de um fragmento atual, disposto em um artigo de opinião, em formato de lista de palavras, publicado em um jornal de circulação nacional, o objetivo do artigo foi o de pensar continuamente a língua enquanto acontecimento e em movimento em constante disputa. A análise da listagem de ‘sinônimos’ dados como equivalentes a um nome próprio, no caso, do ex-presidente da República do Brasil, trouxe a relação de novas palavras/expressões criadas em resposta à proibição de taxa-lo de ‘genocida’. Consequência de polêmica levantada no início do ano de 2021, em relação às ações de combate a pandemia em todo o território brasileiro.

Finalizado o mandato, em que não foi reeleito no ano de 2022, Jair Messias Bolsonaro mantém a alcunha de genocida, não só pela má gestão na condução/prevenção nacional ao Sars-CoV-2, por sua apologia à morte, por ter taxado a pandemia de ‘gripezinha’, promovido aglomerações, demorado a negociar vacinas (“Chega de frescura, de mimimi. Vão ficar chorando até quando?”), debochado dos pacientes que sentiam falta de ar, por diversas vezes ter defendido a ditadura e torturadores, por não ter cuidado dos territórios indígenas e quilombolas (e todo o racismo contra esses povos, pois chegou a afirmar publicamente: “O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas”), por não cuidados ambientais (incluindo o ‘passar a boiada’) e por disseminar homofobia/transfobia/misoginia e a discriminação geográfica (por exemplo, ofensas aos nordestinos). E, sobretudo, pela tragédia humanitária que deixou avançar sobre o território Yanomami. Se há uma subjetividade colonial, em que a polarização do poder dos ditos ‘superiores’ sobre os inferiores (do trabalho intelectual/técnico-braçal, de raça/etnia/fenótipo e de gênero), o governo que se encerrou em

2022 demonstrou o quanto há uma herança deixada pelos portugueses (uma representação do poder eurocêntrico, ou da ‘colonialidade do poder’) para o Brasil.

Na fluidez da língua e nas brechas em que nela há falhas, a tentativa foi a construção de uma nova pré-determinação, ressignificar a insubordinação à proibição. A formação de uma lista de palavras, que tal qual sinônimos e dicionários, é um procedimento de ensino, registro, pré-determinação e conceitualização. Demonstra o quanto a língua é viva e que busca formas de não ter/ser fronteira. O estudo verifica que a língua é composta por uma interioridade de natureza linguística, e também por uma exterioridade que a torna portadora de discursos (já-ditos, silenciados, em per-curso). Desta forma, se a língua é (des)limite, uma palavra ou uma lista organizada para nomear/descrever algo ou alguém tenta ser parâmetro, porém não se limita por si só, pode continuar ecoando. Está em contato com outros acontecimentos, em (inter)(dis)curso com outras memórias em funcionamento.

O tema mantém-se aberto a novas pesquisas. Mas como forma de conclusão, devemos esperar, sinceramente, que a construção desta historicidade não seja a que tenta nos interditar mais uma vez, historicamente, porque é preciso resistir, sempre.

REFERÊNCIAS

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

CASTRO, Ruy. Novas definições para Bolsonaro. **Jornal Folha de São Paulo**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/ruycastro/2021/01/novas-definicoes-para-bolsonaro.shtml>. Acesso em 12 jun. 2021.

DIAS, Thalita Nogueira. A forma-cídio e suas articulações morfológicas sob o ponto de vista da enunciação. **Líng. e Instrum. Linguíst.**, Campinas, SP, n. 44, p. 57-77, jul./dez. 2019. Disponível em: <http://www.revistalinguas.com/edicao44/edicao44.pdf>.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

ORLANDI, Eni P. **Língua Brasileira e outras histórias**: discurso sobre a língua e ensino no Brasil. Campinas: Editora RG, 2009.

ORLANDI, Eni P. **Língua e conhecimento linguístico**: para uma história das ideias no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.



ORLANDI, Eni P. **Teorias da linguagem e discurso do multilingüismo na contemporaneidade.** In: ORLANDI, Eni P. *Política lingüística no Brasil.* Campinas: Pontes Editores, 2007.

ORLANDI, Eni. **Terra à vista:** discurso do confronto: o velho e o novo mundo. São Paulo: Cortez/Editora Unicamp, 1990.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso:** estrutura ou acontecimento. 7. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CASTRO-GOMÉZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. **El giro decolonial:** reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. 21. ed. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Universidad Central, Pontificia Universidad Javeriana, 2007.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição Não Comercial-Compartilha Igual (CC BY-NC- 4.0), que permite uso, distribuição e reprodução para fins não comerciais, com a citação dos autores e da fonte original e sob a mesma licença.